

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DCS_o

LUÍZA BIANCHI MENDES

**UMA ANÁLISE DA TROCA DE CADEIRAS E DA
COMPOSIÇÃO PATIDÁRIA DA COMISSÃO DE
TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1991 -
2021)**

SÃO CARLOS -SP
2024

LUÍZA BIANCHI MENDES

**UMA ANÁLISE DA TROCA DE CADEIRAS E DA COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA DA
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS (1991 - 2021)**

Monografia apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Carlos,
para obtenção do título de bacharel em
Ciências Sociais.

Orientadora: Simone Diniz

São Carlos-SP
2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de aprovação

Assinatura do membro da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Bacharel da candidata Luíza Bianchi Mendes, realizada através de parecer.

Prof. Dr. [nome]

Instituição

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as minhas orientadoras: primeira, atual e futuras.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer aos que primeiro me deram a oportunidade do estudo – meus pais, João Batista e Patrícia; além de agradecer aos que me deram apoio e me incentivaram a seguir esta trajetória: Laura e João Vitor, Alisson, Marcia, Maria Neusa e José Carlos.

Em seguida gostaria de agradecer aos que me formaram como estudante e como pessoa, e me guiaram à universidade pública: meus professores de ensino básico e cursinho pré-vestibular. Ainda se tratando do meu crescimento, agradeço aos meus amigos Ana Laura, Fabiane, Franciana e João Pedro, que me inspiram pessoalmente e profissionalmente.

Agradeço imensamente à UFSCar, que me iniciou na vida universitária, e me proporcionou diversas oportunidades. Também gostaria de citar com admiração e respeito os meus professores universitários, que me inseriram na academia, e que são exemplos de excelentes pesquisadores, com um cumprimento especial à minha primeira orientadora: Lidiane Soares Rodrigues. Agradeço também às pessoas que conheci por conta desta instituição, e que foram meus pilares emocionais e de amizade durante a graduação: Letícia Pereira, Rafaela, Letícia Garcia, Ana Júlia, Amanda e Kamila.

Por fim, cito com reverência a pessoa que foi diretamente responsável pela possibilidade desta monografia, e pela continuidade da minha carreira como pesquisadora através do mestrado: Simone Diniz.

“Dança das cadeiras”

Brincadeira popular.

RESUMO

Quais funções são atribuídas às oposições parlamentares nas democracias representativas e como desempenham tais funções no contexto brasileiro, na Câmara dos Deputados? Estas são as principais questões que norteiam esta pesquisa. O regimento interno da Casa determina que para a composição dos membros que tomarão assento nas Comissões Permanentes, deve-se levar em consideração o critério de proporcionalidade partidária, assim, há a prática recorrente na composição da Comissão de Trabalho e Serviço Público (CTASP) da troca de vagas nas comissões. Foram utilizados os atos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, e os espelhos da composição das comissões, que explicitam a quem pertenceria a vaga oficial e o partido que na prática ocupou a vaga. A metodologia utilizada é um estudo de caso, partindo de uma análise descritiva. Por sua vez, os resultados têm mostrado que a tendência de troca de vagas continuou se fazendo presente, hora a favor da coalizão, hora a favor da oposição.

Palavras-chave: Câmara dos Deputados; coalizão; oposição; Comissões Permanentes; CTASP.

ABSTRACT

What functions are attributed to parliamentary oppositions in representative democracies and how do they perform such functions in the Brazilian context, in the Chamber of Deputies? These are the main questions that guide this research. The internal regulations determine that for the composition of the members who will take on the Permanent Committees role, the criterion of party proportionality must be taken into account, thus, there is a recurrent practice in the composition of the Labor and Public Service Commission (CTASP) of the exchange of seats on committees. The acts of the Board of Directors of the Chamber of Deputies were used, and the mirrors of the composition of the committees, which explain who the official vacancy would belong to and the party that in practice occupied the vacancy. The methodology used is a case study, based on a descriptive analysis. In turn, the results have shown that the tendency to exchange seats continued to be present, sometimes in favor of the coalition, sometimes in favor of the opposition.

Keyword: Chamber of Deputies; Coalition; opposition; permanente commissions; CTASP

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Cadeiras na CTASP: 1991 e 1992 – Governo Collor	25
Gráfico 2 – Cadeiras na CTASP: 1993 e 1994 – Governo Itamar	27
Gráfico 3 – Cadeiras na CTASP: 1995 a 1998 – Governo FHC I	30
Gráfico 4 – Cadeiras na CTASP: 1999 a 2002 – Governo FHC II	32
Gráfico 5 – Cadeiras na CTASP: 2003 a 2006 – Governo Lula I	34
Gráfico 6 – Cadeiras na CTASP: 2007 a 2010 – Governo Lula II (Bloco 9 e PV)	36
Gráfico 7 – Cadeiras na CTASP: 2008 a 2010 – Governo Lula II (Bloco 12 e Bloco 13)	37
Gráfico 8 – Cadeiras na CTASP: 2007 – Governo Lula II (Bloco 10 e Bloco 11)	37
Gráfico 9 – Cadeiras na CTASP: 2011 a 2014 – Governo Dilma I	40
Gráfico 10 – Cadeiras na CTASP: 2015 – Governo Dilma II	41
Gráfico 11 – Cadeiras na CTASP: 2017 e 2018 – Governo Temer (Blocos)	42
Gráfico 12 – Cadeiras na CTASP: 2017 e 2018 – Governo Temer (Partidos)	43
Gráfico 13 – Cadeiras na CTASP: 2019 e 2021 – Governo Bolsonaro	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição Partidária dos Blocos na CTASP (1991 – 2021)	23
Tabela 2 – Coalizão e Oposição (1991)	24
Tabela 3 – Coalizão e Oposição (1992)	25
Tabela 4 - Coalizão e Oposição (1993)	26
Tabela 5 – Coalizão e Oposição (1994)	26
Tabela 6 – Coalizão e Oposição (1995)	28
Tabela 7 – Coalizão e Oposição (1996)	28
Tabela 8 – Coalizão e Oposição (1997)	28
Tabela 9 - Coalizão e Oposição (1998)	29
Tabela 10 – Coalizão e Oposição (1999)	30
Tabela 11 – Coalizão e Oposição (2000)	30
Tabela 12 – Coalizão e Oposição (2001)	31
Tabela 13 – Coalizão e Oposição (2002)	31
Tabela 14 - Coalizão e Oposição (2003)	33
Tabela 15 – Coalizão e Oposição (2004)	33
Tabela 16 – Coalizão e Oposição (2005)	33
Tabela 17 – Coalizão e Oposição (2006)	34
Tabela 18 – Composição dos Blocos Presentes na CTASP durante o segundo Governo Lula (2007 - 2010)	35
Tabela 19 - Coalizão e Oposição (2011)	38
Tabela 20 – Coalizão e Oposição (2012)	38
Tabela 21 – Coalizão e Oposição (2013)	39
Tabela 22 – Coalizão e Oposição (2014)	39
Tabela 23 – Composição dos Blocos Presentes na CTASP durante o segundo Governo Dilma (2015)	41
Tabela 24 – Composição dos Blocos Presentes na CTASP durante o Governo Temer (2017 - 2018)	42
Tabela 25 – Composição dos Blocos Presentes na CTASP durante o Governo	

LISTA DE SIGLAS

AVANTE - Avante

CIDADANIA - Cidadania

CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

DC – Democracia Cristã

DEM - Democratas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PAN – Partido dos Aposentados da Nação

PATRI - Patriota

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDS – Partido Democrático Social

PEN – Partido Ecológico nacional

PFL – Partido da Frente Liberal

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PODE - Podemos

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPR – Partido Progressista Reformador

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRN – Partido Republicano Nacionalista

PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PROS – Partido Republicano da Ordem Nacional

PRP – Partido Republicano Progressista

PRS – Partido das Reformas Sociais

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PTR – Partido Trabalhista Renovador

PV – Partido Verde

REDE – Rede Sustentabilidade

REPUBLICANOS - Republicanos

SD/SDD/SOLIDARIEDADE - Solidariedade

S/P – Sem Partido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	A TERCEIRA ONDA DA DEMOCRATIZAÇÃO	16
1.2	RECURSOS	18
1.3	MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO	18
1.4	O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)	20
2	METODOLOGIA	21
3	A COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP) ENTRE 1991 E 2021	23
3.1	O GOVERNO COLLOR	24
3.2	O GOVERNO ITAMAR	26
3.3	OS GOVERNOS FHC	27
3.4	OS DOIS PRIMEIROS MANDATOS DO GOVERNO LULA	32
3.5	OS GOVERNOS DILMA	38
3.6	O GOVERNO TEMER	41
3.7	O GOVERNO BOLSONARO	44
	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Quais funções são atribuídas às oposições parlamentares nas democracias representativas e, mais especificamente, como desempenham tais funções no contexto brasileiro, na Câmara dos Deputados? Estas são as principais questões que norteiam este projeto de pesquisa.

A atuação das oposições parlamentares é fruto de um amplo desenvolvimento histórico e institucional das democracias liberais e, identificada por Lipset (1960) e Sartori (1966) como um dos indicadores do desenvolvimento político das sociedades. Sua origem remonta à “Revolução Gloriosa” com o estabelecimento da monarquia constitucional inglesa e, posteriormente, ao surgimento do sistema de representação política, com a criação do Parlamento. Mudanças mais significativas ocorreram no século XIX, com o surgimento dos partidos políticos e a ampliação do sufrágio, configurando-se no que hoje conhecemos como parlamentarismo inglês e seu sistema bicameral (FOLEY, 1999).

Como se sabe, o sistema representativo espalhou-se mundo afora e não ficou restrito ao sistema parlamentarista. Os idealizadores do sistema presidencialista norte-americano também designaram espaço institucional para atuação da oposição, um componente essencial para o funcionamento dos mecanismos de freios e contrapesos. Tais sistemas, considerados como tipos “puros” de parlamentarismo e presidencialismo influenciaram todos os demais sistemas políticos democráticos. O estudo das funções e do desempenho das oposições políticas insere-se, portanto, no contexto da institucionalização dos parlamentos e da construção da democracia liberal.

A literatura especializada retrata a evolução das funções da oposição política em três dimensões. A primeira, restrita à atividade de controle do governo com vistas a impor obstáculos à tirania (IONESCU; MADARIAGA, 1968). A segunda, pode ser chamada de “governo em espera”. Trata-se de um desiderato do próprio conceito da democracia liberal, que atribui ao processo eleitoral primazia para assegurar a competição e a rotatividade de grupos no poder, fiscalização e transparência dos atos do governo e legitimidade ao sistema político (DAHL, 2005). A terceira, refere-se à capacidade de bloqueio à ação governamental. Curiosamente, nesta dimensão a ênfase recai primordialmente na capacidade dos governantes em levarem adiante sua

agenda de políticas do que propriamente na ação das oposições (PERES; BEZERRA, 2020). Este aspecto é extremamente relevante, pois retrata o que Peres e Bezerra (2020, p. 257) denominam de paradoxo da oposição parlamentar. Nos dizem os autores:

“Por um lado, os analistas aderiram à noção de democracia em que as oposições parlamentares são fundamentais; por outro, eles intuíram que, se as oposições forem poderosas, elas se tornam um empecilho à governabilidade e, no limite, ameaçam o regime democrático”.

Como resolver este paradoxo? Para Peres e Bezerra (idem, p. 261-262) ao invés de tentar resolvê-lo podemos tomá-lo como problema de fundo que rege a relação entre governo e oposição, mapeando “como as oposições parlamentares (a) controlam as ações do governo, (b) tentam influenciar as suas políticas, (c) procuram retardar o andamento de projetos governistas, (d) vetam, ou tentam vetar, os seus projetos”.

O papel a ser desempenhado pelas oposições depende dos recursos e prerrogativas garantidos pelo desenho institucional (constitucional, legal e regimental). Assim, a análise do comportamento da oposição parlamentar deve ser iniciada pela checagem do espaço institucional disponível em contextos específicos para suas ações, com vistas a identificar os recursos estratégicos que serão postos em prática no dia a dia da interação com o governo.

1.1 A TERCEIRA ONDA DA DEMOCRATIZAÇÃO

Os países de democracia recente, entre eles o Brasil, estiveram envoltos em um amplo debate sobre desenho institucional e estabilidade do regime, iniciada nos anos 1970 (Peres; Bezerra, 2021). No caso brasileiro, um tema central durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi a discussão sobre a possibilidade de adoção do sistema parlamentarista, tema este que, apesar de derrotado tanto no âmbito das atividades constituintes quanto no plebiscito realizado em 1993, ao menor sinal de divergências entre os poderes Executivo e Legislativo, volta à cena como nos anos de 2005, 2013, 2016, 2022.

O pano de fundo desses debates durante a ANC era o temor de que o regime recém instaurado viesse a sofrer forte oposição parlamentar, como ocorrido durante o governo de João Goulart, de modo a incentivar um retrocesso no processo de democratização e quiçá, um novo golpe de Estado. Este parece ter sido a motivação

para que analistas do período pós 1988, se dedicassem de forma tão intensa a ressaltar a viabilidade do regime mesmo sob a égide da manutenção do presidencialismo e do multipartidarismo. A conclusão dos estudos que se tornaram o *mainstream* na ciência política nacional foi que com a configuração instaurada pela Constituição de 1988, o Poder Executivo dispunha de recursos institucionais para driblar ou evitar possíveis bloqueios da oposição.

O ponto a destacar é o reconhecimento tácito de que sob certas circunstâncias a oposição pode tencionar a relação entre os Poderes, de forma a provocar uma crise institucional do governo e no limite do próprio regime. Mas esta ocorrência não dependeria tão somente do comportamento da oposição, mas também de erros na estratégia governista, por exemplo, ao não formar uma coalizão coesa, ou mesmo não formar uma coalizão ou adotar uma postura de confronto com o Legislativo. Em outras circunstâncias, se a oposição é minoritária, sua capacidade de ação ficará bastante reduzida para obstruir a tramitação de projetos do Executivo, ou mesmo para criar maiores constrangimentos políticos ao governo. O pior cenário seria a formação de uma oposição majoritária podendo acarretar paralisia decisória ou mesmo a destituição do chefe de governo (PÉREZ-LIÑÁN, 2007).

Estes aspectos reforçam a importância do estudo das oposições, conforme destacam Peres e Bezerra (2020, p. 278):

“conforme o arranjo institucional e o comportamento estratégico das lideranças políticas, emergirão determinadas circunstâncias em que as oposições parlamentares conseguirão desempenhar apenas algumas de suas funções menos obliterantes à agenda do governo, assim como poderão surgir configurações em que as oposições desempenharão as suas funções de bloqueio ao governo”.

No caso brasileiro, o regimento interno da Câmara dos Deputados estabelece os parâmetros procedimentais para atuação das oposições parlamentares, o que vai de encontro à defesa de que a governabilidade é a grande meta a ser atingida pelas novas democracias (CF. AMES, 2001; AMORIM NETO, 2006 apud PERES; BEZERRA, 2021, p. 2). Bezerra (2013) identifica três tipos de recursos previstos regimentalmente e comumente utilizados pelas oposições. São eles: a solicitação de votação nominal; ações visando obstruir a tramitação de proposições legislativas e mecanismos de fiscalização. A seguir, apresentamos uma síntese de tais recursos e quais seriam os objetivos almejados pelas oposições.

1.2 RECURSOS:

a) Votação nominal:

Expor os votos da base governista em questões polêmicas.

b) Obstrução Parlamentar:

Dificultar a obtenção do quórum na votação nominal para a realização dos trabalhos em Plenário.

O regimento prevê uma série de instrumentos que podem protelar a tramitação das matérias, como por exemplo: a apresentação de destaque para votação em separado; pedidos de verificação de votação; apresentação de emendas e subemendas; apresentação de diversos requerimentos para mudança de item na pauta legislativa; solicitação de prazos, mudança do regime de votação; pronunciamentos para declaração de voto, discussão ou reclamação, questões de ordem.

1.3 MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO:

Criação de Comissões Parlamentares de Inquérito; solicitação de investigação ao Tribunal de Contas da União; apresentação de requerimentos de informação e de convocação de ministros, apresentação de propostas de fiscalização e controle a atos do Executivo; convocação de audiências públicas.

Esses são os mecanismos formais disponíveis para a ação das oposições, mas não são os únicos. Em certas circunstâncias há uma mescla de regras formais e informais, como por exemplo, na composição dos membros (titulares e suplentes) das comissões permanentes.

As comissões permanentes são instâncias institucionais da Câmara dos Deputados e são por elas que se inicia a tramitação de todas as matérias legislativas, apresentadas pelo Poder Executivo e pelos deputados federais, salvo os casos previstos na Constituição que estabelecem a formação de comissões temporárias ou especiais, como é o caso para as propostas de emenda constitucional.

O regimento interno da Casa determina que para a composição dos membros que tomarão assento nas comissões permanentes, deve-se levar em consideração o critério de proporcionalidade partidária, ou seja, a distribuição dos parlamentares nas

diversas comissões permanentes deve espelhar o melhor possível, a composição do Plenário da Câmara.

Sendo assim, no início das sessões legislativas o Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados emite uma norma, denominado de “Ato da Mesa” especificando o número de membros titulares e suplentes de cada uma das comissões permanentes e em seguida, apresenta o quantitativo de membros que cada bancada partidária ou bloco parlamentar terá em cada uma das comissões permanentes. Para exemplificar: o Ato de Mesa N° 133 de 1989, determinou que a Comissão de Constituição e Justiça seria composta por 51 membros titulares (com igual número de suplentes) e a bancada do PSDB teria direito a 4 vagas nesta comissão, ou seja, de um total de 51 membros, 4 pertenceriam ao PSDB.

Ocorre, que a organização legislativa, assim como todo o jogo político não se dá apenas por regras formais. Estudo realizado por Diniz (1999) cobrindo o período de 1989 a 1994, demonstrou ser uma prática recorrente na composição da Comissão de Trabalho e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados a troca de vagas nas diversas comissões permanentes entre as bancadas partidárias. Nas palavras da autora:

“Por acordo interpartidário, a partir de 1991, os partidos de esquerda, minoritários na Câmara, conseguiram aumentar significativamente a sua representação na CTASP, para além do número estabelecido pelo regimento, com a cessão de vagas entre os partidos. Em resumo, a troca de vagas se dá nos seguintes termos: um partido que considere ser mais importante ocupar uma vaga na CTASP, por exemplo, abre mão de uma vaga em outra comissão que julgue não ser tão prioritária, ou na qual já tenha número suficiente de representantes” (DINIZ, 1999, p. 67-68).

Ou seja, a troca de vagas entre os partidos na composição das comissões permanentes é uma ação estratégica utilizada tanto pelos partidos da base governista quanto pelos partidos de oposição.

No caso específico da CTASP, acima mencionado, tratou-se de uma estratégia utilizada pelos partidos de esquerda (na época, PT, PCdoB, PCB, PDT) para se constituírem como força majoritária na comissão, portanto, com capacidade para barrar, modificar ou dificultar a tramitação de propostas que contrariassem as preferências defendidas por este grupo.

A troca de vagas entre os partidos na composição das comissões permanentes é claramente um recurso estratégico, talvez entre tantos outros ainda não investigados, no processo de deliberação e nas interações entre governo e oposição.

Diante do exposto, o principal objetivo desta proposta foi retomar esta linha de investigação referente à composição das comissões permanentes, para verificar se a estratégia detectada por Diniz (1999) prevaleceu até os dias atuais. Além disso, a relevância da presente pesquisa se dá tendo em vista que não se formou uma agenda voltada ao exame das prerrogativas e do comportamento das oposições nas novas democracias, como a democracia brasileira (PERES; BEZERRA, 2021)

1.4 O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

Deu-se na presente pesquisa maior ênfase ao comportamento do Partido dos Trabalhadores (PT) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), pois se trata de uma comissão que seria de grande importância para o partido, tendo em vista uma série de motivos, entre eles a participação direta do partido na estruturação e fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1993, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MTST) em 1984 (RIBEIRO; MENDES, 2019).

Seguindo a história do partido, o PT conseguiu se inserir na máquina estatal através das eleições municipais de 1988, o que aumentou os conflitos internos do partido, principalmente após a derrota de Lula em 1994, por conta do domínio da ala mais à esquerda do partido, que restringiu as alianças. Todavia, em 1995 a ala mais à direita toma o controle do partido e engaja-se na arena eleitoral, tendo como foco a eleição do então candidato à presidência Lula; que obteve o mesmo em 2002 com apoio do grande capital pós crise neoliberal (RIBEIRO; MENDES, 2019).

Desta forma o partido não se dava mais como radical, mas sim como centro-esquerda, quando comparado com outros países latino-americanos (RIBEIRO; MENDES, 2019).

Embora o partido tenha sofrido transformações, a temática trabalhista se manteve ao longo dos anos; desta forma, este trabalho pretende investigar se tal fato se refletiu na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

2 A METODOLOGIA

Foram utilizadas duas fontes documentais como material empírico para o desenvolvimento da pesquisa. A primeira são os atos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que definem a quantidade de membros de cada uma das comissões permanentes da Casa, levando-se em consideração o tamanho das bancadas partidárias. A segunda, são os espelhos da composição das referidas comissões publicadas no Diário Oficial da Câmara dos Deputados com as devidas indicações dos parlamentares e sua vinculação partidária, além dos blocos partidários formados na comissão e os respectivos líderes dos anos 1991 a 2001.

A junção de dois partidos é chama no diário oficial de bloco, porém para facilitação da visualização dos dados, neste texto trata-se como bloco a junção de três partidos ou mais. Os blocos não são numerados nos atos de mesa publicados; todavia, para fins de análise e didática foram aqui numerados em ordem crescente a partir dos anos em que estão presentes.

Os nomes dos líderes dos blocos foram consultados nos atos de mesa, além da sua filiação partidária durante o período de liderança, que foi encontrada na biografia disponibilizada no Portal da Câmara dos Deputados¹. Os blocos que não possuem líder indicados, em sua maioria não eram blocos formados para atuação em toda a atividade legislativa; mas sim para única atuação na CTASP, e por isso não contam com um líder especificado nos atos de mesa.

Os documentos utilizados explicitam a quem pertenceria a vaga oficial e o partido que na prática ocupou a vaga na comissão. Para ter acesso à tais documentos foi utilizado o Portal da Câmara dos Deputados²; e os que não constavam na página foram requisitados no atendimento ao cidadão do mesmo portal através da demanda por autosserviço, os quais foram enviados via e-mail pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, salvo nos anos de 2016, 2020 e 2022. No caso de 2020 as Comissões Permanentes haviam sido suspensas por conta do isolamento social motivado pela pandemia de COVID-19³. Já no caso dos anos de 2016 e 2022 não foi possível obter o motivo pelo qual os

¹ https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/biografia-dos-parlamentares-constituintes

² <https://www.camara.leg.br/>

³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/10/apos-1-ano-suspensas-devido-a-pandemia-comissoes-sao-reinstaladas-na-camara.ghtml>

documentos não estavam disponíveis. Sendo assim, os três anos em questão não fazem parte da análise desta pesquisa.

A partir dos dados foram construídas tabelas, tanto descrevendo a composição e liderança dos blocos, quanto apontando a coalizão governamental, e a coalizão e oposição presentes da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Nas tabelas que indicam a composição da coalizão e da oposição na CTASP, são considerados presentes na Comissão não apenas os partidos contemplados com cadeiras durante a divisão feita pelo presidente dela, mas sim o conjunto dos partidos contemplados e dos partidos que conseguiram cadeiras através das trocas de vagas. A sigla dos blocos e dos partidos seguem o padrão apresentado nos documentos.

Em seguida, planilhas foram montadas para evidenciar a diferença quantitativa entre as vagas distribuídas e as vagas realmente ocupadas pelos partidos ou blocos partidários. Com os dados organizados foi possível finalmente estruturar os recursos visuais que serão apresentados no subtítulo a seguir.

Todas as tabelas e gráficos foram construídos no software Excel, e foram revisados diversas vezes em todas as fases da pesquisa. Toda a interpretação dos dados foi amparada pela literatura apresentada ao longo deste trabalho.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, partindo de uma análise descritiva, por meio do cotejamento entre o estipulado pelos Atos da Mesa, e a composição partidária que na prática se efetivou.

Sampaio e Lycarião (2018) dissertam acerca de passos metodológicos que devem estar presentes para a confiabilidade da pesquisa.

Primeiramente, a replicabilidade, a qual é possível em relação a esta pesquisa, tendo em vista o detalhamento metodológico realizado nos parágrafos anteriores. Além disso, uma pesquisa similar foi realizada por Diniz (1999), citada e explorada ao longo desta dissertação.

Também a fim de conferir confiabilidade, sublinha-se aqui que a precisão dos instrumentos utilizados pela análise da pesquisa, sendo o Portal da Transparência e o software Excel. Por fim, segundo os autores, deve haver validade na pesquisa, a qual trata do julgamento sobre a pertinência epistemológica do instrumento: os dados oficiais das Comissões permanentes são pertinentes para a discussão acerca das oposições entre o legislativo e a presidência; no contexto da importância de se

assegurar a governabilidade num ambiente democrático (PERES; BEZERRA, 2021), além da democracia em si.

3 A COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP) ENTRE 1991 E 2021

Na tabela a seguir estão descritas as composições dos blocos partidários que compõe a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); além de indicados os anos em que atuam. Também estão indicados os líderes dos blocos e suas filiações partidárias durante o exercício da liderança.

Tabela 1: Composição Partidária dos Blocos na CTASP (1991 – 2021)		
Blocos	Composição	Anos
Bloco 1	PFL; PRN; PSC; PST; PMN Líder: Ricardo Fiuza (PFL)	1991
Bloco 2	PFL; PRN; PSC Líder: Luís Eduardo (PFL)	1992
Bloco 3	PL; PSD; PSC Líder: Valdemar Costa Neto (PL)	1995
Bloco 4	PMDB; PSD; PSL; PSC; PMN Líder: Michel Temer (PMDB)	1996
Bloco 5	PMDB; PSD; PSL Líder: Geddel Vieira Lima (PMDB)	1997
Bloco 6	PT; PDT; PCdoB Líder: José Machado (PT)	1997; 1998
Bloco 7	PL; PST; PMN; PSD; PSL Líder: Valdemar Costa Neto (PL)	1999
Bloco 8	PMDB; PST; PTN Líder: Geddel Vieira Lima (PMDB)	2000
Bloco 9	PMDB; PT; PP; PR; PTB; PSC; PTC; PTdoB	2007; 2008; 2009; 2010
Bloco 10	PSDB; PFL; PPS	2007
Bloco 11	PSB; PDT; PCdoB; PMN; PAN	2007
Bloco 12	DEM; PSDB; PPS	2008; 2009; 2010
Bloco 13	PSB; PDT; PCdoB; PMN	2008; 2009; 2010
Bloco 14	PMDB; PP; PTB; DEM; PRB; SD; PSC; PHS; PTN; PMN; PRP; PSDC; PEN; PRTB	2015; 2018
Bloco 15	PT; PSD; PR; PROS; PCdoB	2015; 2017; 2018
Bloco 16	PSDB; PSB; PPS; PV	2015; 2017; 2018
Bloco 17	PMDB; PP; PTB; DEM; PRB; SD; PSC; PHS; PODE; PMN; PRP; PSDC; PEN; PRTB	2017
Bloco 18	PSL; PP; PSD; MDB; PR; PRB; DEM; PSDB; PTB; PSC; PMN	2019

Bloco 19	PDT; PODE; SOLIDARIEDADE; PCdoB; PATRI; CIDADANIA; PROS; AVANTE; PV; DC	2019; 2021
Bloco 20	PT; PSB; PSOL; REDE	2019; 2021
Bloco 21	PSL; PP; PSD; MDB; PL; REPUBLICANOS; DEM; PSDB; PTB; PSC; PMN	2021

4.1 O GOVERNO COLLOR

Inicialmente a pesquisa partiria do ano de 1990, tendo em vista que é neste ano que o primeiro presidente eleito assume – Fernando Collor de Melo; todavia não foi possível obter acesso aos atos de mesa de 1990. Sendo assim a pesquisa referente a tal governo abrange os anos de 1991 e 1992, pois nos dois anos seguintes que ainda deveriam ser deste governo, o mesmo havia sofrido impeachment.

Em 1991 a coalizão era formada pelos partidos PRN, PFL e PDS; já em 1992 são adicionados a estes os partidos PTB e PL; como mostram as tabelas a seguir.

Tabela 2: Coalizão e Oposição (1991)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PRN	PDS	PDC
PFL	Bloco 1: PFL, PRN, PSC, PST, PMN ⁴	PL
PDS		PT
		PMDB
		PSDB
		PSB
		PTB
		PDT
		PCB
		PCdoB

Embora a coalizão fosse formada por três partidos, apenas o PDS estava presente com cadeiras na CTASP. Os outros dois partidos – PFL e PRN – haviam se agrupado no Bloco 1.

Já em 1992, três partidos da coalizão possuíam cadeiras na CTASP: PDS,

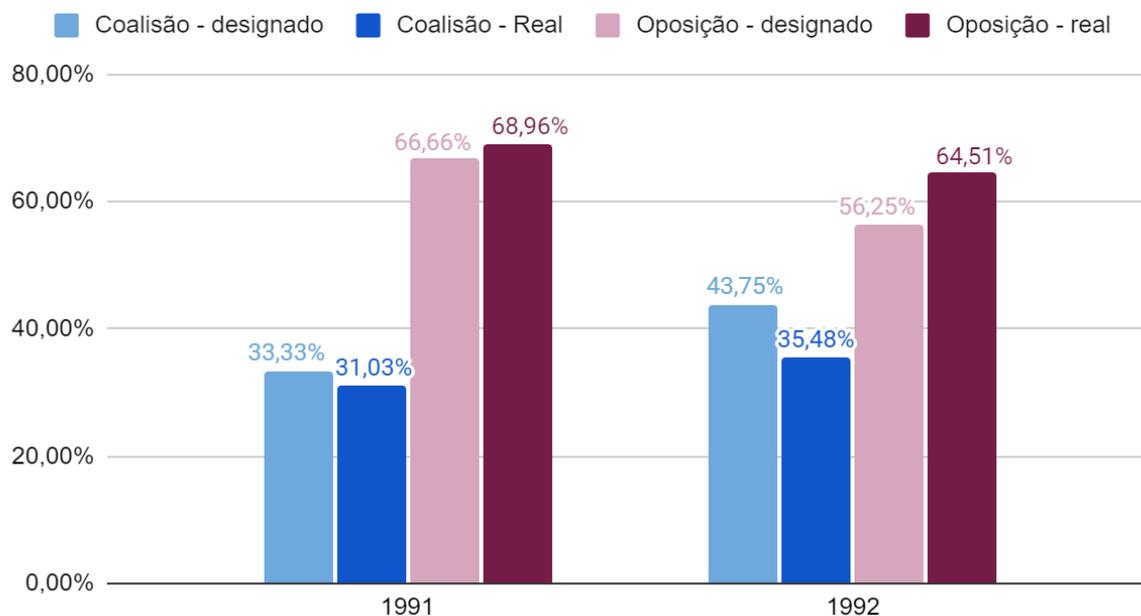
⁴ Embora a maioria dos partidos que compõe o Bloco 1 não sejam pertencentes à coalizão, o líder do Bloco, Ricardo Fiuza pertencia ao PFL, partido de coalizão; o que justifica a classificação do Bloco 1 como coalizão, e não oposição.

PTB e PL; agrupando-se apenas os partidos PRN e PFL, no Bloco 2.

Tabela 3: Coalizão e Oposição (1992)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PRN	Bloco 2: PFL; PRN; PSC ⁵	PRS
PFL	PDS	PTR
PDS	PTB	PDC
PTB	PL	PT
PL		PMDB
		PSDB
		PSB
		PDT
		PCdoB

Após realizar a classificação acima, foi possível analisar graficamente quantas cadeiras foram trocadas entre a coalizão e a oposição do governo Collor entre 1991 e 1992, como ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Cadeiras na CTASP: 1991 e 1992 - Governo Collor



O governo Collor não possuía maioria na CTASP nos seus dois anos de

⁵ O Bloco 2 em sua maioria é composto por partidos pertencentes a coalizão do governo; além disso, o líder do Bloco, Luís Eduardo, pertencia ao PFL; fatos que justificam a classificação do bloco como coalizão e não oposição.

governo; além disso, a coalizão perdeu espaço percentualmente para a oposição em ambos os anos após as trocas de assentos. Ou seja, para o governo Collor a CTASP não era uma prioridade.

4.2 O GOVERNO ITAMAR

Itamar Franco inicia seu governo na prática em 1993, assumindo a presidência em decorrência da sua posição como vice-presidente de Fernando Collor, que sofreu um impeachment. O governo de Itamar permanece ativo em 1994, e acaba dia 01 de janeiro de 1995. Sendo assim, nesta pesquisa são contemplados os anos de 1994 e 1995 como sendo referentes ao Governo de Itamar Franco.

Em 1993 a base governista era formada pelos partidos PFL, PTB, PMDB, PSDB, PP; acrescentando-se que no ano de 1994 o PTB se retira da coligação, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 4: Coalizão e Oposição (1993)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PFL	PFL	PPS
PTB	PTB	PDC
PMDB	PMDB	PL
PSDB	PSDB	PRN
PP	PP	PDS
		PT
		PDT
		PSB
		PCdoB
		S/P ⁶

Tanto em 1993 quanto em 1994 todos os partidos da coalizão possuem assentos na CTASP, como demonstrado nas Tabelas 4 e 5.

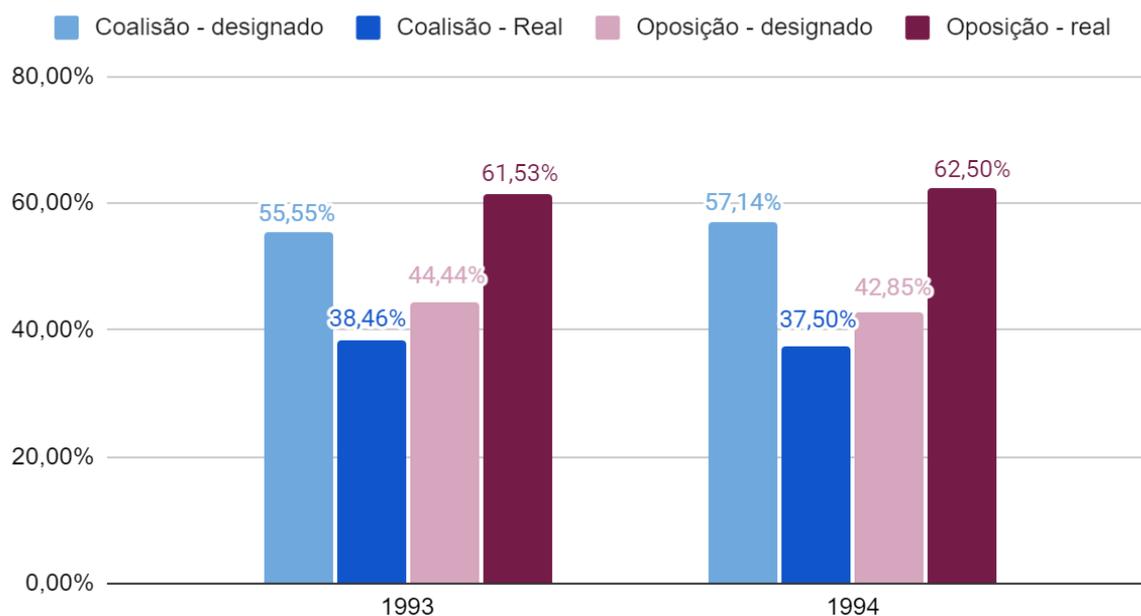
Tabela 5: Coalizão e Oposição (1994)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP

⁶ Sem partido, segundo os espelhos dos atos de mesa.

PFL	PFL	PPR
PMDB	PMDB	PL
PSDB	PSDB	PT
PP	PP	PSD
		PTB
		PDT
		PSB
		PCdoB
		S/P ⁷

A partir da classificação apresentada foi possível analisar a troca de cadeiras na CTASP entre a coalizão e a oposição, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Cadeiras na CTASP: 1993 e 1994 - Governo Itamar



Assim como o governo Collor, o Governo Itamar não possui maioria na CTASP, diminuindo sua influência na comissão após a troca de assentos em ambos os anos, como demonstrado no Gráfico 2.

4.3 OS GOVERNOS FHC

⁷ Sem partido, segundo os espelhos dos atos de mesa.

Entre os anos de 1995 e 1998 ocorreu o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB). Ainda no mesmo partido, FHC foi reeleito e assumiu seu segundo mandato, que ocorreu entre os anos de 1999 e 2002.

Durante o primeiro mandato, a coalizão do governo era formada pelos seguintes partidos: PSDB, PFL, PMDB, PTB; e a partir de 1996 junta-se a coalizão o PPB. Seguem os dados:

Tabela 6: Coalizão e Oposição (1995)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PSDB	PSDB	PPR
PFL	PMDB	PT
PMDB	PFL/PTB	PP
PTB		PDT
		PCdoB
		PSB/PMN
		Bloco 3: PL/PSD/PSC

Em 1995 os partidos PSDB e PMDB possuíam assentos na CTASP, já os partidos PFL e PTB agrupam-se na comissão. Já em 1996 os partidos PSDB e PMDB possuem cadeiras. Os partidos PFL e PTB se agrupam, assim como o PPB junto ao PL, que não pertencia a coalizão.

Tabela 7: Coalizão e Oposição (1996)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PSDB	PSDB	PPS
PFL	PMDB	PT
PMDB	PFL/PTB	PSB
PTB	PPB/PL ⁸	PDT
PPB		PCdoB
		Bloco 4: PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN

Tabela 8: Coalizão e Oposição (1997)		
--------------------------------------	--	--

⁸ Embora o PL não faça parte da coalizão, por estar aqui associado PPB, o conjunto foi classificado como coalizão, e não oposição.

Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PSDB	PSDB	PSB
PFL	PFL	Bloco 6: PT/PDT/PCdoB
PMDB	PPB	
PTB	PTB	
PPB	Bloco 5: PMDB/PSD/PSL ⁹	

Em 1997 e 1998, os partidos PSDB, PFL, PTB e PPB possuíam assentos; já o PMDB em 1997 forma o Bloco 5 junto ao PSD e o PSI que não faziam parte da base governista; e em 1998 o PMDB agrupa-se com o PRONA, não pertencente à coalizão.

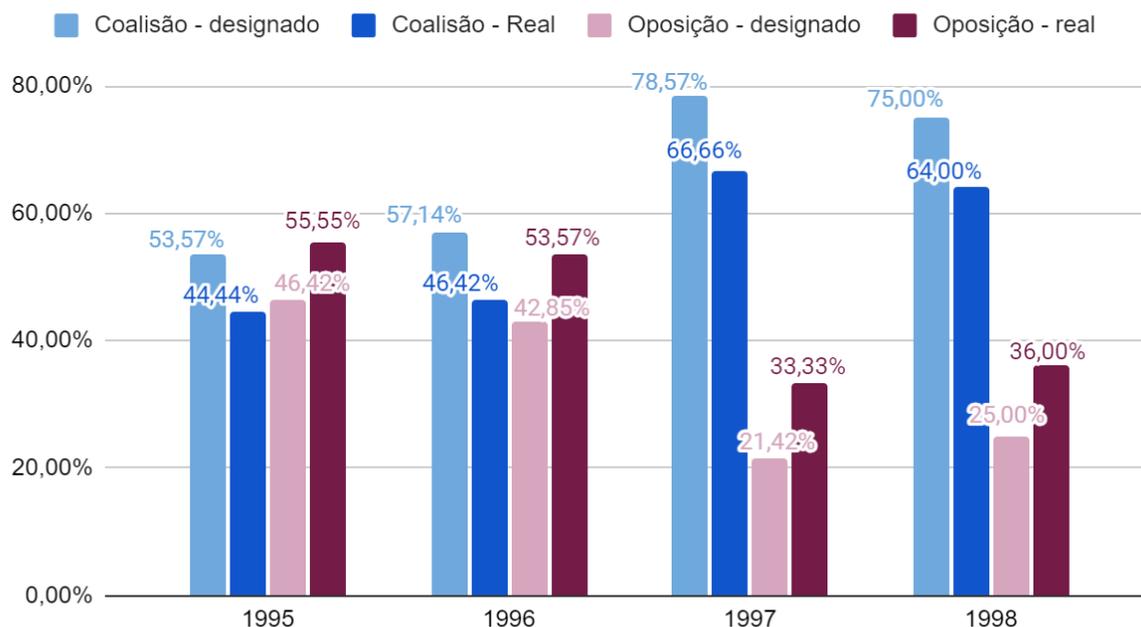
Tabela 9: Coalizão e Oposição (1998)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PSDB	PSDB	PSB
PFL	PFL	PL
PMDB	PTB	PMN
PTB	PPB	Bloco 6: PT/PDT/PCdoB
PPB	PMDB/PRONA ¹⁰	

Desta forma, foi possível construir o gráfico abaixo, no qual é possível notar que após as trocas de cadeiras a coalizão diminuiu percentualmente sua presença na CTASP nos quatro anos do primeiro mandato, e permanece como minoria nos anos 1995 e 1996; embora em 1997 e 1998 se torne maioria na comissão.

⁹ Embora a maioria dos partidos que compõe o Bloco 5 sejam da oposição, o líder do Bloco Geddel Vieira Lima era filiado ao PMDB, que faz parte da coalizão deste governo. Sendo assim, o Bloco foi considerado de coalizão.

¹⁰ Embora o PRONA não faça parte da coalizão, por estar aqui associado ao PMDB, o conjunto foi classificado como coalizão, e não oposição.

Gráfico 3 - Cadeiras na CTASP: 1995 a 1998 - Governo FHC I



Durante o segundo mandato (1999 – 2002), a coalizão do governo era formada pelos seguintes partidos: PSDB, PMDB, PPB, e em 1999, 2000 e 2001 acrescenta-se o PFL:

Tabela 10: Coalizão e Oposição (1999)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PSDB	PSDB	PT
PFL	PFL	PTB
PMDB	PMDB	PDT
PPB	PPB	PTN
		PSB/PCdoB
		Bloco 7: PL/PST/PMN/PSD/PSL

Em 1999 todos os partidos da coalizão possuem assentos na CTASP. No ano 2000 o PFL e o PPB possuem assentos, já o PSDB junta-se ao PTB, que não era da coalizão, e o PMDB compõe o Bloco 8, junto à partidos da oposição.

Tabela 11: Coalizão e Oposição (2000)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP

PSDB	PFL	PT
PFL	PPB	PDT
PMDB	PSDB/PTB ¹¹	PPS
PPB	Bloco 8: PMDB/PST/PTN ¹²	PSB/PCdoB
		PL/PSL

Em 2001, tanto o PMDB quanto o PPB possuíam assentos na CTASP; enquanto o PFL se junto ao PST, que não era da coalizão; assim como o PSDB que se junta ao PTB.

Tabela 12: Coalizão e Oposição (2001)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PSDB	PMDB	PT
PFL	PPB	PL/PSL
PMDB	PFL/PST ¹³	PDT/PPS
PPB	PSDB/PTB ¹⁴	PSB/PCdoB

Tabela 13: Coalizão e Oposição (2002)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PSDB	PSDB	PT
PMDB	PMDB	PTB
PPB	PPB	PFL
		PL/PSL
		PDT/PPS
		PSB/PCdoB

Por fim, em 2002 todos os partidos da coalizão possuíam assentos na CTASP.

Sendo assim, a tabela a seguir demonstra percentualmente a troca de vagas na Comissão entre coalizão e oposição no segundo mandato de FHC.

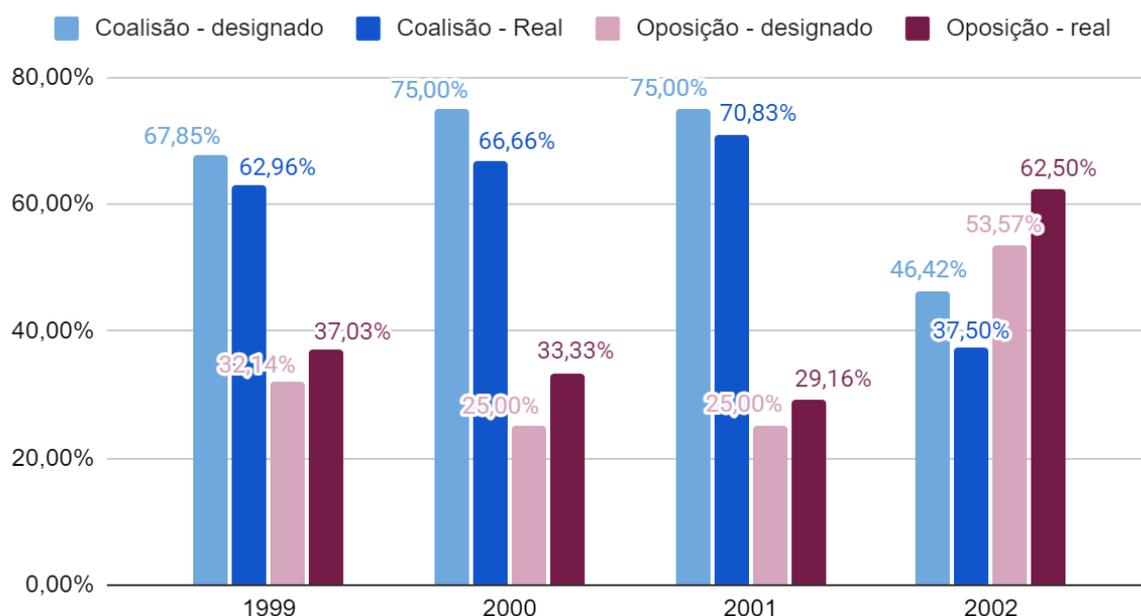
¹¹ Embora o PTB não faça parte da coalizão, por estar aqui associado ao PMDB, o conjunto foi classificado como coalizão, e não oposição.

¹² Embora a maioria dos partidos que compõe o Bloco 8 sejam da oposição, o líder do Bloco Geddel Vieira Lima era filiado ao PMDB, que faz parte da coalizão deste governo.

¹³ Embora o PST não faça parte da coalizão, por estar aqui associado ao PFL, o conjunto foi classificado como coalizão, e não oposição.

¹⁴ Embora o PTB não faça parte da coalizão, por estar aqui associado ao PSDB, o conjunto foi classificado como coalizão, e não oposição.

Gráfico 4 - Cadeiras na CTASP: 1999 a 2002 - Governo FHC II



O segundo governo FHC segue a tendência dos dois últimos anos do primeiro mandato FHC, predominando como coalizão a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados; se diferenciando apenas do último ano – 2002, em que a oposição possui mais assentos do que a coalizão, percentualmente. Durante os quatro anos do segundo mandato FHC o percentual da base governista na CTASP diminui após a troca de vagas.

4.4 OS DOIS PRIMEIROS MANDATOS DO GOVERNO LULA

Luíz Inácio Lula da Silva foi o primeiro candidato eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), obtendo até o momento três mandatos - dois consecutivos que serão abordados a seguir, e um terceiro em curso desde janeiro de 2023, que não será abordado tendo em vista que os dados da CTASP de tal mandato abrangeriam apenas o primeiro ano do mesmo, sendo assim muito inicial para fins de comparação.

O primeiro mandato, que ocorre de 2003 a 2006; e sua coalizão é formada pelos seguintes partidos: PT, PL, PCdoB, PSB, PTB, PDT, PPS, PV, PMDB, PP. A relação de coalizão e oposição ao governo na CTASP pode ser mais bem identificada nas tabelas abaixo.

Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PT	PT	PPB
PL	PL	PMDB
PCdoB	PCdoB	PSDB
PSB	PSB	PFL
PTB	PTB	
PDT	PDT	
PPS	PPS	
PV		

Em 2003 todos os partidos da base governista possuíam assentos na CTASP, menos o PV. Já em 2004, como mostra a Tabela 15, todos possuem assentos, acrescentando-se que o PL agrupou-se ao PSL, que não era da coalizão.

Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PT	PT	PFL/PRONA
PL	PL/PSL ¹⁵	PSDB
PCdoB	PCdoB	PP
PSB	PSB	
PTB	PTB	
PMDB	PMDB	
PPS	PPS	
PV	PV	

Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PT	PT	PFL/PRONA
PL	PL	PPS
PCdoB	PCdoB	PSDB
PSB	PSB	PP
PTB	PTB	PDT
PMDB	PMDB	

¹⁵ Embora o PSL não faça parte da coalizão, por estar aqui associado ao PL, o conjunto foi classificado como coalizão, e não oposição.

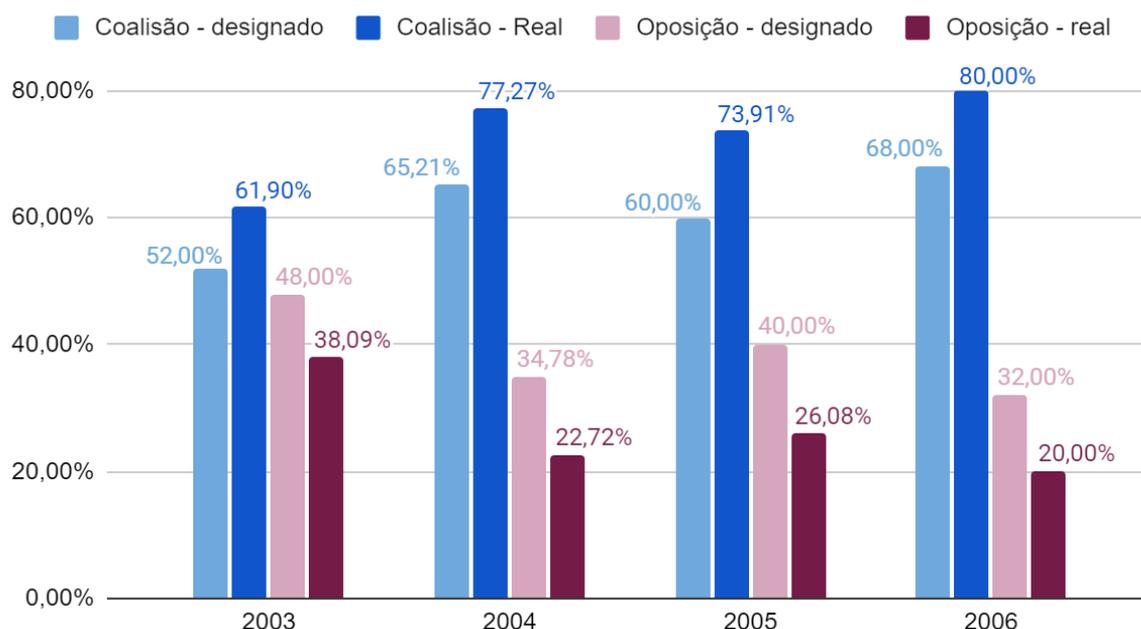
PV		
----	--	--

Na tabela 16 é possível verificar que todos os partidos da Coalizão, menos o PV possuía cadeiras, assim como ocorre em 2004. Em 2006, como mostra a tabela abaixo todos os partidos da base possuem cadeiras.

Tabela 17: Coalizão e Oposição (2006)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PT	PT	PFL/PRONA
PL	PL	PPS
PCdoB	PCdoB	PSDB
PSB	PSB	PDT
PTB	PTB	PSOL
PMDB	PMDB	
PP	PP	

A partir de tal classificação foi possível analisar a troca de cadeiras na CTASP entre a coalizão e a oposição do primeiro mandato do governo Lula:

Gráfico 5 - Cadeiras na CTASP: 2003 a 2006 - Governo Lula I



Fica claro que a CTASP era uma prioridade para a coalizão do governo Lula, o que era esperado tendo em vista que o partido ao qual era filiado – PT – tem como

uma de suas principais pautas o trabalho e o trabalhador. Nos quatro anos abordados a base governista possuía maioria na comissão antes da troca de vagas, e aumenta a sua presença na mesma durante o período todo após a troca de assentos.

Outro ponto relevante é que em nenhum dos governos pós redemocratização a coalizão obteve 80% ou mais de presença na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, há não ser o governo Lula no ano de 2006.

Já no segundo mandato do governo Lula, que ocorre de 2007 a 2010 não foi possível – ou conveniente – analisar a composição partidária da CTASP a partir da coalizão e da oposição, pois o período de quatro anos é distribuído entre o PV e cinco blocos internamente heterogêneos politicamente – tanto se tratando de direita esquerda, quanto se tratando de coalizão e oposição.

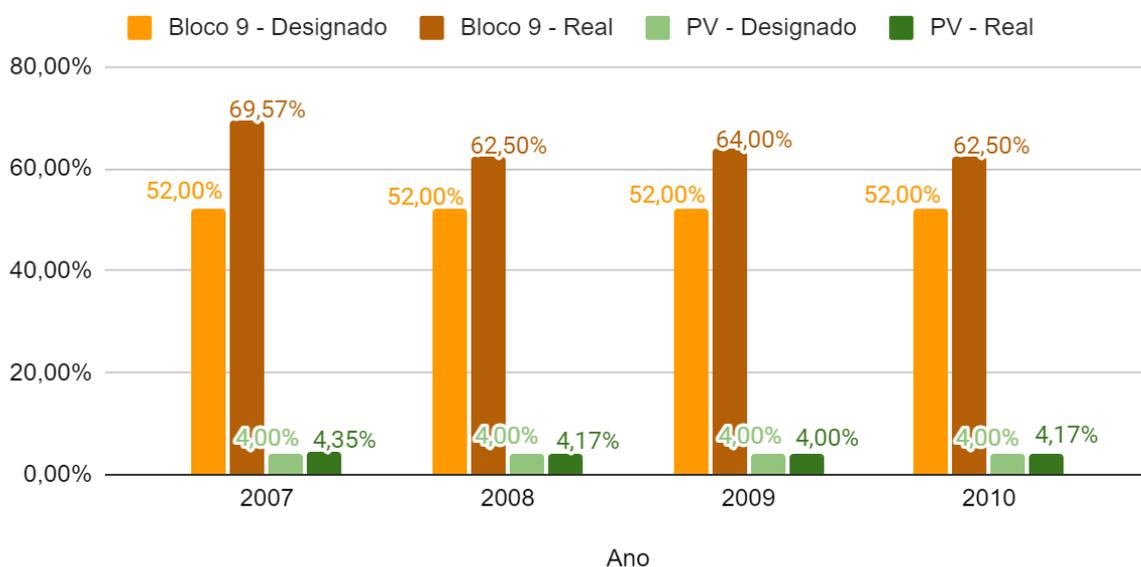
Desta forma, os gráficos foram construídos para análise individual de cada Bloco e do PV. Abaixo segue uma parte da “Tabela 1: Composição Partidária dos Blocos na CTASP”, que embora incluída no início deste capítulo, o seu recorte neste subtítulo pode facilitar a compreensão dos gráficos.

Tabela 18: Composição dos Blocos Presentes na CTASP durante o segundo Governo Lula (2007 – 2010)	
Bloco 9	PMDB; PT; PP; PR; PTB; PSC; PTC; PTdoB
Bloco 10	PSDB; PFL; PPS
Bloco 11	PSB; PDT; PCdoB; PMN; PAN
Bloco 12	DEM; PSDB; PPS
Bloco 13	PSB; PDT; PCdoB; PMN

Apenas os Bloco 9¹⁶ e o Partido Verde (PV) estão presentes em todos os anos do segundo mandato Lula:

¹⁶ Constituído majoritariamente por partidos da coalizão do segundo Governo Lula, que são PT; PR; PCdoB; PSB; PMDB; PP e PRB, além do PTB de 2007 a 2009, e o PDT a partir de abril de 2007. Ou seja, cinco dos oito partidos do Bloco são da Coalizão.

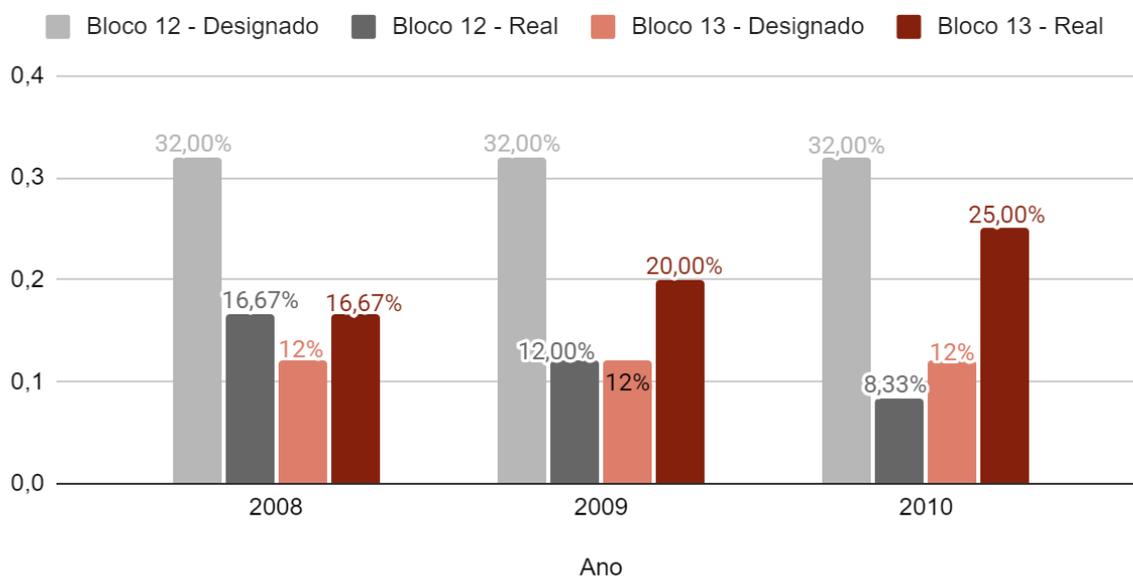
Gráfico 6 - Cadeiras na CTASP: 2007 a 2010 - Governo Lula II (Bloco 9 e PV)



O PV varia minimamente antes e depois da troca de vagas, e quando tal variação ocorre é sempre aumentando a presença na CTASP. O Bloco 9 por sua vez também aumentou percentualmente a sua presença na CTASP após a troca de assentos; aumentando de 10,5% a 17,57%.

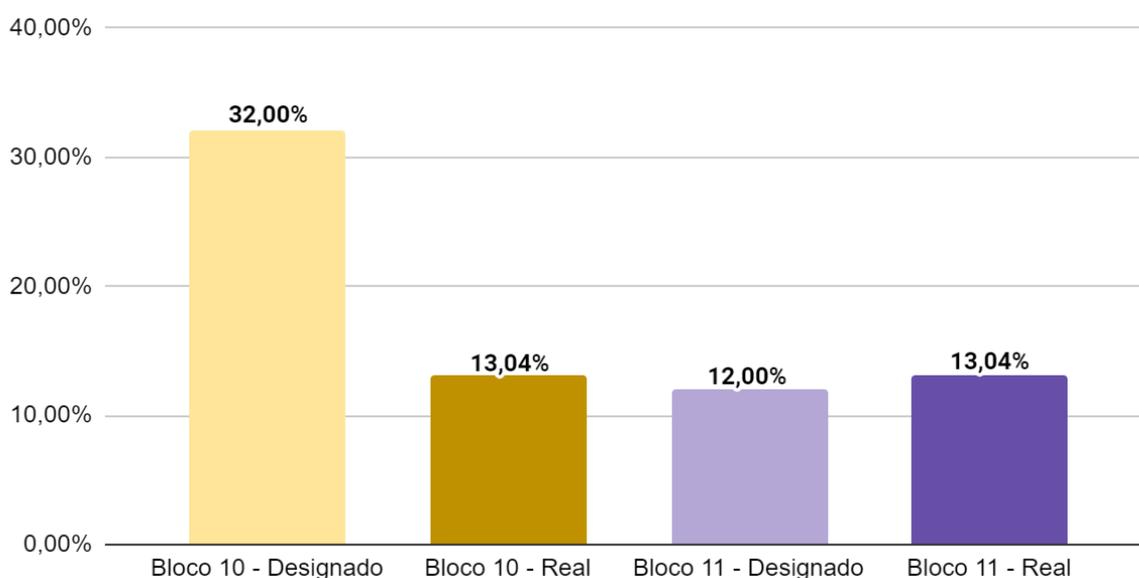
Os Blocos 12 e 13 estão presentes de 2008 a 2010. O Bloco 12 diminui a sua presença quando se compara o percentual designado e o percentual real após a troca de vagas. Já com o Bloco 13 ocorre o oposto, ele adquire mais espaço na comissão após as trocas.

Gráfico 7 - Cadeiras na CTASP: 2008 a 2010 - Governo Lula II (Bloco 12 e Bloco 13)



Por fim, os Blocos 10 e 11, que compõe a comissão apenas no ano de 2007 estão representadas no gráfico a seguir:

Gráfico 8 - Cadeiras na CTASP: 2007 - Governo Lula II (Bloco 10 e Bloco 11)



O Bloco 10 diminui sua presença percentualmente entre os assentos designados e os assentos realmente ocupados na CTASP; ao contrário do Bloco 11,

que aumenta o seu percentual na Comissão.

Em suma, para os Blocos 9 (PMDB; PT; PP; PR; PTB; PSC; PTC; PTdoB) e 13 (PSB; PDT; PCdoB; PMN) a CTASP era uma prioridade ao ponto de aumentarem em grande parte a sua presença na CTASP, o que já era esperado, tendo em vista que o PT e sua base¹⁷ estão concentrados nesses dois blocos.

Já para o PV e para o Bloco 11 (PSB; PDT; PCdoB; PMN; PAN) a Comissão não era irrelevante ao ponto de ficarem sem vagas, mas não era a prioridade; e para o Bloco 10 (PSDB; PFL; PPS) a comissão não foi uma prioridade, tendo e vista que o mesmo diminuiu consideravelmente a sua porcentagem de assentos.

4.5 OS GOVERNOS DILMA

Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente no Brasil foi eleita duas vezes, todavia não terminou seu segundo mandato, pois sofreu um impeachment. Ela era filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), assim como seu antecessor.

O primeiro mandato do Governo Dilma ocorreu de 2011 a 2014, e a sua coalizão e presença na CTASP está detalhada nas tabelas a seguir.

Tabela 19: Coalizão e Oposição (2011)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PT	PT	PRB
PR	PR	PSDB
PCdoB	PCdoB	DEM
PSB	PSB	PTB
PMDB	PMDB	PV/PPS
PDT	PDT	PSC
PP	PP	

Em 2011 todos os partidos da coalizão possuíam assentos na CTASP: PT, PR, PCdoB, PSB, PMDB, PDT e PP. Em 2012 o mesmo ocorre, incluindo-se o PRB.

Tabela 20: Coalizão e Oposição (2012)

¹⁷ A base governista dos quatro anos (2007 – 2010) do segundo mandato de Lula era formada pelos seguintes partidos: PT, PR, PCdoB, PSB, PTB, PMDB, PP, PRB; além do PDT a partir de abril de 2007, e a exclusão do PTB em setembro de 2009.

Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PT	PT	PSDB
PR	PR	DEM
PCdoB	PCdoB	PTB
PSB	PSB	PV/PPS
PMDB	PMDB	PSC
PDT	PDT	PSD
PP	PP	
PRB	PRB	

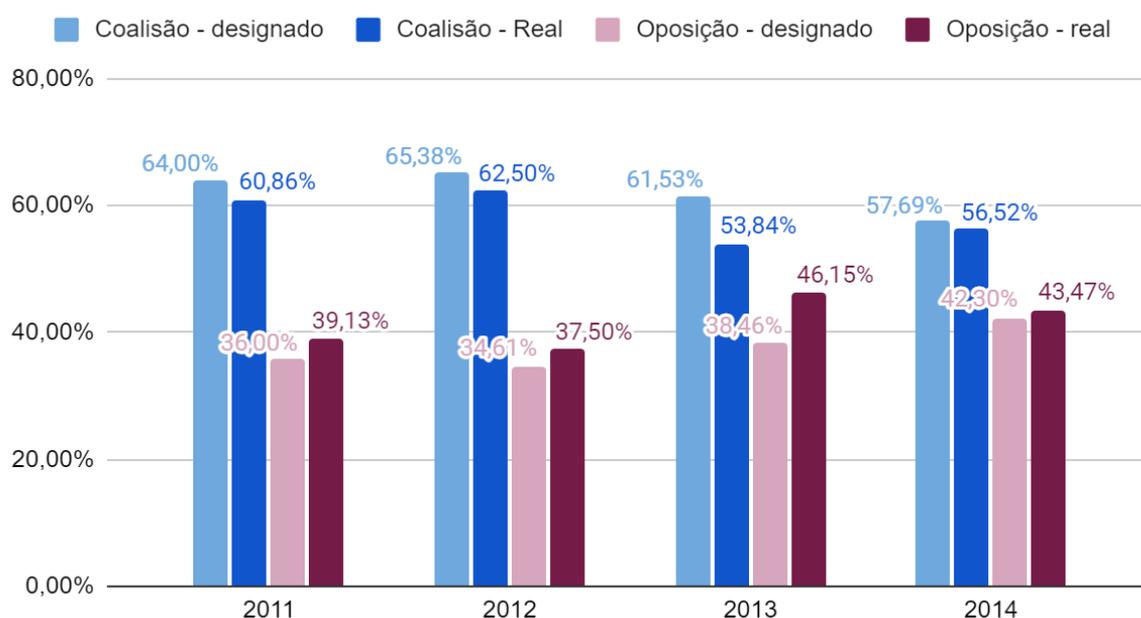
Tabela 21: Coalizão e Oposição (2013)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PT	PT	PSDB
PR	PR	PSD
PCdoB	PCdoB	DEM
PSB	PSB	PTB
PMDB	PMDB	PV/PPS
PDT	PDT	PSC
PP	PP	
PRB	PRB	

Na tabela 21, que representa o ano de 2013, a coalizão permanece com o mesmo comportamento de 2012. Já na em 2014, exclui-se o PSB da coalizão; e o PRB não possui assentos na Comissão.

Tabela 22: Coalizão e Oposição (2014)		
Coalizão	Coalizão presente na CTASP	Oposição presente na CTASP
PT	PT	PSDB
PR	PR	PSD
PCdoB	PCdoB	PSB
PMDB	PMDB	DEM
PDT	PDT	SDD
PP	PP	PTB
PRB		PV/PPS
		PROS
		PSC

A partir da classificação dos partidos observada acima foi possível construir o gráfico a seguir para analisar quantas cadeiras foram trocadas entre a coalizão e a oposição do primeiro governo Dilma, entre 2011 e 2014.

Gráfico 9 - Cadeiras na CTASP: 2011 a 2014 - Governo Dilma I



Assim como o governo do seu antecessor de mesmo partido, o primeiro governo Dilma tem a CTASP como uma de suas prioridades. Durante os quatro anos em questão a coalizão permaneceu como maioria na comissão; todavia, após a troca de assentos entre os partidos a oposição aumenta minimamente sua presença em todo o período.

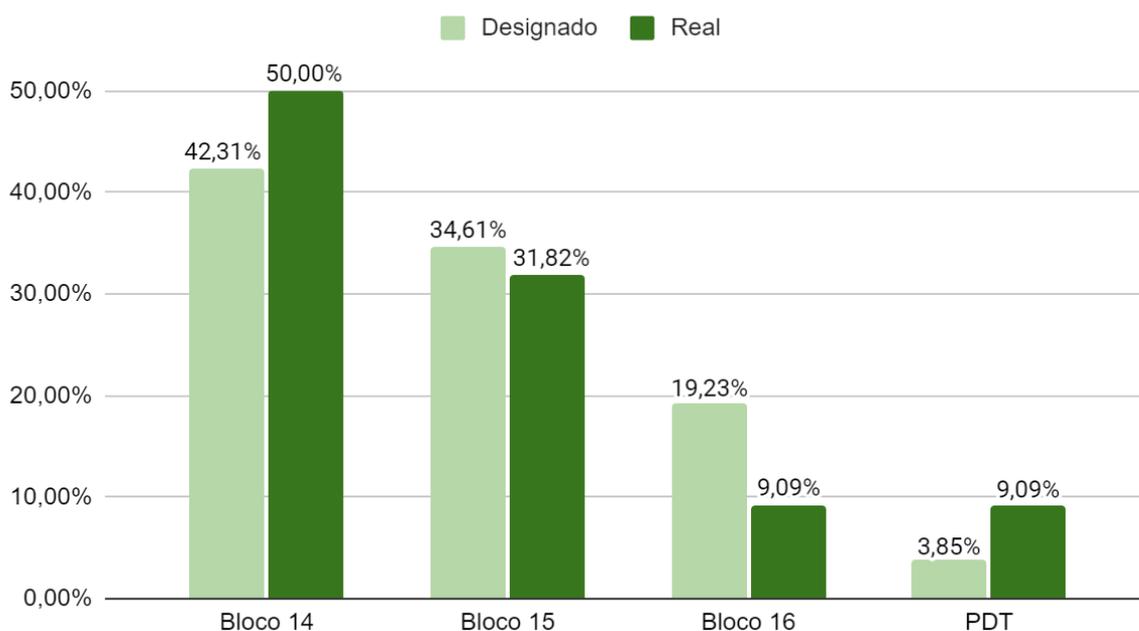
Já o segundo mandato do Governo Dilma perdura durante dois anos – 2015 e 2016. O primeiro ano será abordado a seguir, já, acerca do segundo ano, não foi possível acessar os espelhos dos atos de mesa.

Por conta de no ano de 2015 a composição da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público se dá através de três blocos e um partido, a análise da mesma não se deu através da coalizão e da oposição; mas sim estudando individualmente cada bloco, descritos na tabela a seguir.

Tabela 23: Composição dos Blocos Presentes na CTASP durante o segundo Governo Dilma (2015)	
Bloco 14	PMDB; PP; PTB; DEM; PRB; SD; PSC; PHS; PTN; PMN; PRP; PSDC; PEN; PRTB
Bloco 15	PT; PSD; PR; PROS; PCdoB
Bloco 16	PSDB; PSB; PPS; PV

O Bloco 14 e o PDT aumentaram a sua porcentagem na CTASP com a troca de vagas, já os Blocos 15¹⁸ e 16 diminuíram a sua presença percentualmente; como mostra o gráfico abaixo. O Bloco 14 se da como predominante na comissão, o que diverge dos outros anos dos governos petistas.

Gráfico 10 - Cadeiras na CTASP: 2015 - Governo Dilma II



4.6 O GOVERNO TEMER

Durante os anos de 2017 e 2018 Michel Temer assumiu a presidência do governo federal pois era vice-presidente de Dilma Rousseff, que havia sofrido um Impeachment. Durante os anos deste governo tanto Blocos quanto partidos constituíram a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Desta forma, a análise da Comissão não foi feita opondo coalizão e oposição; mas sim caso a caso individualmente, seguindo a tendência do segundo mandato do governo

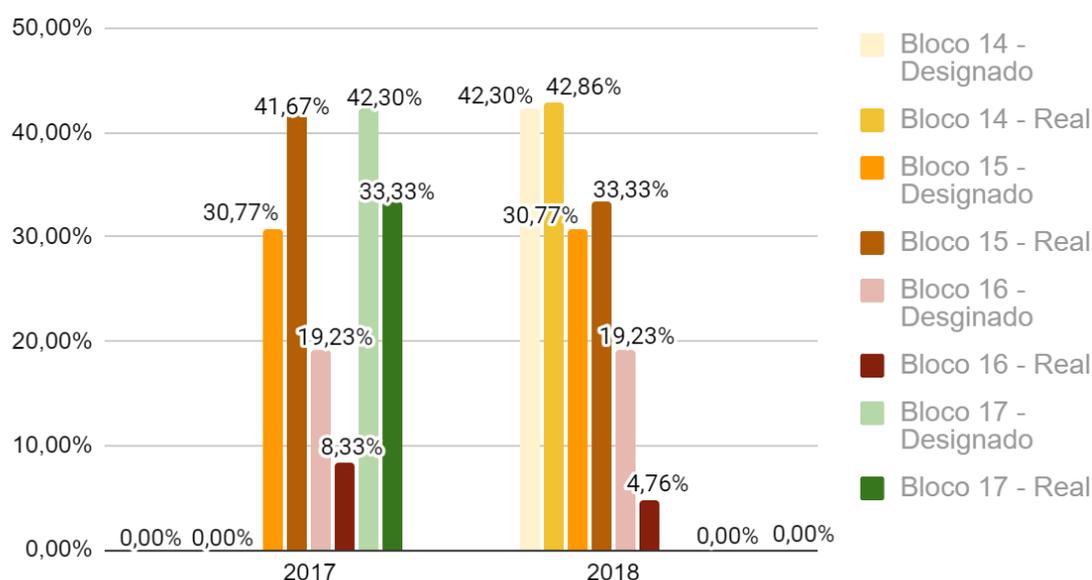
¹⁸ Constituído inteiramente por partidos da coalizão; que é formada integralmente por: PT; PMDB; PCdoB; PDT; PR; PRB; PP; PROS; PSD; PTB.

anterior.

Os Blocos que compõe a Comissão durante o governo Temer são os seguintes:

Tabela 24: Composição dos Blocos Presentes na CTASP durante o Governo Temer (2017 - 2018)	
Bloco 14	PMDB; PP; PTB; DEM; PRB; SD; PSC; PHS; PTN; PMN; PRP; PSDC; PEN; PRTB
Bloco 15	PT; PSD; PROS; PCdoB
Bloco 16	PSDB; PSB; PPS; PV
Bloco 17	PMSDB; PP; PTB; DEM; PRB; SD; PSC; PHS; PODE; PMN; PRP; PSDC; PEN; PRTB

Gráfico 11 - Cadeiras na CTASP: 2017 e 2018 - Governo Temer (Blocos)



O Bloco 14 (PMDB; PP; PTB; DEM; PRB; SD; PSC; PHS; PTN; PMN; PRP; PSDC; PEN; PRTB) em 2017 não possui assentos antes ou depois da troca de vagas, já em 2018 é o grupo com maior percentual na Comissão, que ainda aumenta – mesmo que muito pouco – após as trocas.

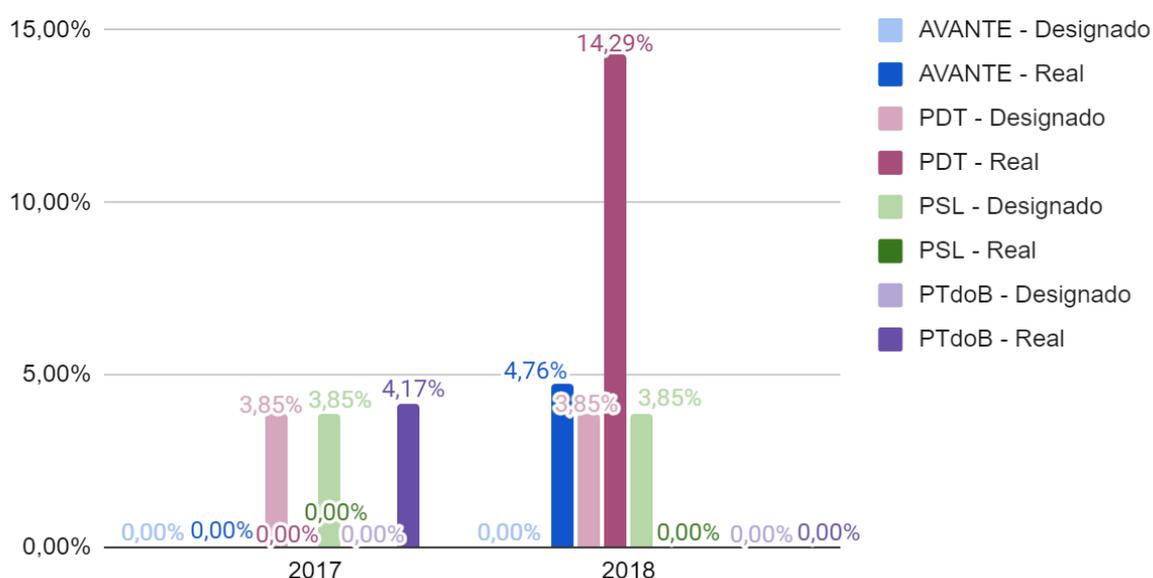
Já o Bloco 15 (PT; PSD; PROS; PCdoB) inicia o seu percentual nos dois anos em 30,77% e aumenta suas cadeiras nos dois casos, no primeiro 10,67%, e no segundo 2,56%.

Por sua vez, o Bloco 16 (PSDB; PSB; PPS; PV) inicia nos dois anos a negociação com 19,23%, e diminui seu percentual para 8,33% e 4,76%, respectivamente.

Por fim, o Bloco 17 (PMSDB; PP; PTB; DEM; PRB; SD; PSC; PHS; PODE; PMN; PRP; PSDC; PEN; PRTB) possui assentos em 2017 e diminui o percentual do mesmo após as trocas de vagas; já em 2018 não possui cadeiras antes ou depois das negociações; seguindo a tendência oposta do Bloco 12; o que é coerente com a grande similaridade de composição dos dois blocos; sendo provavelmente o mesmo grupo, com pequenas mudanças de partidos. Os blocos em questão são majoritariamente formado por partidos de coalizão do Governo Temer¹⁹; o que leva a conclusão de que a CTASP era uma prioridade para o governo Temer.

Além dos quatro Blocos no período, quatro partidos se fazem presentes na CTASP: AVANTE, PDT, PSL e PTdoB. O primeiro – AVANTE – em 2017 não possui assentos em nenhum momento, e em 2018 inicia também sem assentos, todavia aumenta 4,76% sua presença na Comissão. Já o PDT inicia os dois anos com baixos 3,85%, e acaba com 0% após negociações em 2017, e com 14,29% em 2018. Por sua vez, o PSL inicia a troca de assentos com 3,85% e acaba com 0,0% nos dois anos em questão. Por fim, o PTB inicia os dois anos com 0,0%, e assim se mantém no segundo, porém aumentando para 4,17% no primeiro ano. Todos os dados dos partidos estão graficamente sinalizados abaixo.

Gráfico 12 - Cadeiras na CTASP: 2017 e 2018 - Governo Temer (Partidos)



¹⁹ A base governista dos dois anos (2017 - 2018) do Governo Temer era formada pelos seguintes partidos: PMDB; PSDB; PR; PRB; PSD; PTB; DEM; PP.

4.7 O GOVERNO BOLSONARO

Segundo Peres e Bezerra (2021) caso a oposição e a presidência não chagassem a consensos, haveriam crises constantes de governabilidade, ou os instrumentos autoritários constitucionalmente previstos seriam usados pelos presidentes; mais especificamente com medidas provisórias se tratando do governo brasileiro, barrando as atividades legislativas.

Jair Messias Bolsonaro governa durante um mandato quando filiado ao Partido Social Liberal (PSL). Seu governo ocorre nos anos 2019 a 2022. Sendo assim, a intenção da presente pesquisa era abordar todos os quatro anos; todavia, por conta da Pandemia de COVID-19 e a consequente adoção da prática do isolamento social as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados ficaram suspensas, e retomaram as atividades em 2021²⁰. Sendo assim, deveriam ser abordados nesta pesquisa os anos de 2019, 2021 e 2022; todavia não foram disponibilizados até a data de escrita esta pesquisa os espelhos dos atos de mesa de 2022, assim como do ano de 2016.

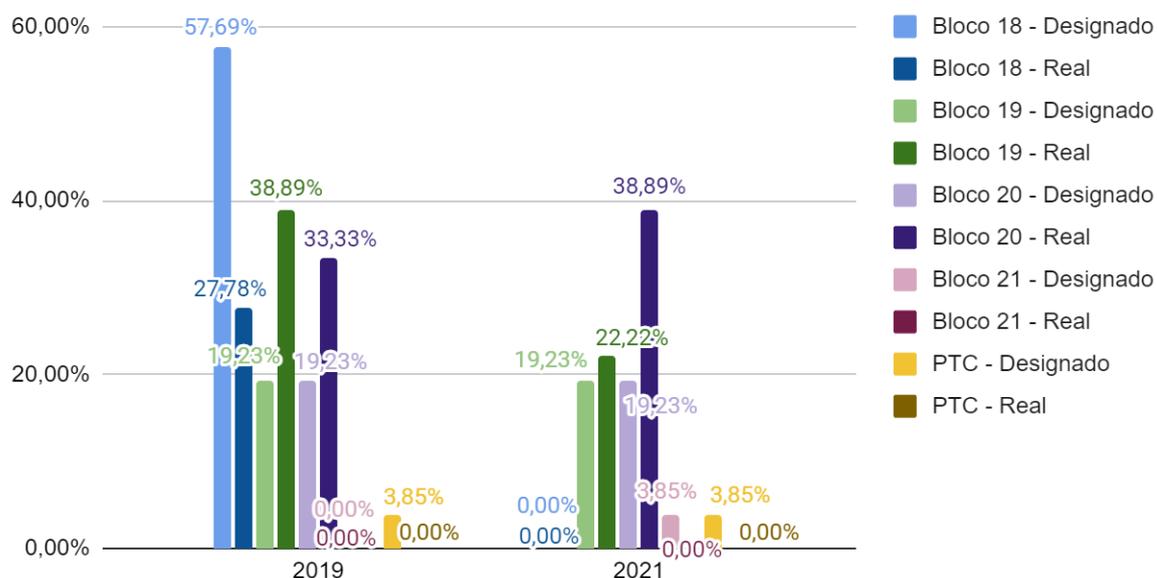
Assim como ocorre nos dois governos anteriores, a composição da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) se dá em blocos, sendo os seguintes presentes em 2019 e 2021:

Tabela 25: Composição dos Blocos Presentes na CTASP durante o Governo Bolsonaro (2019 - 2021)	
Bloco 18	PSL; PP; PSD; MDB; PR; PRB; DEM; PSDB; PTB; PSC; PMN
Bloco 19	PDT; PODE; SOLIDARIEDADE; PCdoB; PATRI; CIDADANIA; PROS; AVANTE; PV; DC
Bloco 20	PT; PSB; PSOL; REDE
Bloco 21	PSL; PP; PSD; MDB; PL; REPUBLICANOS; DEM; PSDB; PTB; PSC; PMN

Os blocos e partido neste período são organizados da seguinte maneira na Comissão:

²⁰ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/10/apos-1-ano-suspensas-devido-a-pandemia-comissoes-sao-reinstaladas-na-camara.ghtml>

Gráfico 13 - Cadeiras na CTASP: 2019 e 2021 - Governo Bolsonaro



O Bloco 18 (PSL; PP; PSD; MDB; PR; PRB; DEM; PSDB; PTB; PSC; PMN) inicia o ano de 2019 com 57,69%, sendo o maior percentual de assentos – tanto designados quanto reais – da Comissão, e após trocas cai para 27,78%; já em 2021 não possui assentos antes ou depois das trocas.

Por sua vez o Bloco 19 (PDT; PODE; SOLIDARIEDADE; PCdoB; PATRI; CIDADANIA; PROS; AVANTE; PV; DC) inicia os dois anos com 19,23%, e aumenta para 38,89% e 22,22% respectivamente.

Já o Bloco 20 (PT; PSB; PSOL; REDE) inicia os dois anos em 19,23% e termina com 33,33% e 38,89% respectivamente.

Por fim o Bloco 21 (PSL; PP; PSD; MDB; PL; REPUBLICANOS; DEM; PSDB; PTB; PSC; PMN)²¹, que se dá como uma variação do Bloco 18 inicia 2019 sem vagas, e 2021 com 3,85%; e encerra as negociações sem porcentagens na Comissão.

O único partido presente – PTC – inicia os dois anos em 3,85% e encerra ambos com 0%.

²¹ O Governo Bolsonaro não obteve coalizão, era apenas formado pelo PSL, que compõe tanto o Bloco 18 quanto o Bloco 21.

6 CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após observação das porcentagens dos que compõe a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, conclui-se que para os governos Lula I, Lula II (representado pelo Bloco 9), Dilma I e Temer (representado pelo Bloco 12 e 17) a Comissão é uma prioridade, na qual obtém maioria junto às suas bases governistas. Já para os governos Collor, Itamar, Dilma II (representado pelo Bloco 15), e Bolsonaro (representado pelo Blocos 18 e 21) nota-se que a CTASP não era uma das prioridades. Para o Governo FHC a comissão desempenha papéis mistos, pois a sua coalizão obtém maioria em 5 dos seus 8 anos de governo.

Tendo em vista que a efetividade das posições parlamentares é indispensável ao regime democrático (PERES; BEZERRA, 2021), o agrupamento dos partidos em Blocos é positivo, tendo em vista que se houver alta fragmentação partidária no Legislativo, a possibilidade de ocorrer tensões entre a oposição parlamentar e o Presidente eleva-se sensivelmente (PERES; BEZERRA, 2021).

Em relação aos governos petistas era de se esperar que por conta da formação heterogênea do partido²², haveria uma dificuldade de determinar uma agenda ideológica clara (RIBEIRO, MENDES; 2019), todavia, nota-se que em 12 dos 16 anos de governo, a CTASP e conseqüentemente a temática trabalhista se faz como prioridade, o que vai de encontro as análises de Diniz (1999)

²² Setores progressistas da Igreja católica; novos sindicatos, intelectualidade de esquerda.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, L. F. Após um ano suspensas devido à pandemia, comissões são reinstaladas na Câmara. **G1**, Brasília, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/10/apos-1-ano-suspensas-devido-a-pandemia-comissoes-sao-reinstaladas-na-camara.ghtml> . Acesso em: 23 jan. 2024.
- BEHRENS, Lion; NYHUIS, Dominic; GSCHWEND, Thomas. Constructive and Destructive Legislative Review: The Government-Opposition Divide in Parliamentary Oversight. **The Journal of Politics**, v. 85, n. 1, p. 223-239, 2023.
- BEYME, Klaus Von. Parliamentary Oppositions in Europe. In: **KOLINSKY, Eva. Opposition in Western Europe**. London: Croom Helm, p.30 – 48, 1987.
- BEZERRA, Gabriela Maria Lima. VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA-ALACIP BOGOTÁ-2013.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 28/08/2023.
- DAHL, Robert A. Poliarquia: participação e oposição.
- DINIZ, Simone. Processo legislativo e sistema de comissões. **Revista do legislativo, Belo Horizonte**, n. 26, p. 59-78, abr./dez. 1999, 1999.
- DUTRA, A. B. B.. Composição Partidária das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados dos primeiros seis meses do governo Lula. In: **VI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**, 2016, São Paulo. VI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2016.
- FOLEY, Michael. **The politics of the British Constitution**. Manchester University Press, 1999.
- GARRITZMANN, Julian L. How much power do oppositions have? Comparing the opportunity structures of parliamentary oppositions in 21 democracies. **The Journal of Legislative Studies**, v. 23, n. 1, p. 1-30, 2017.
- HELMS, Ludger. **Presidents, prime ministers and chancellors: Executive leadership in western democracies**. Springer, 2004.
- IONESCU, Ghița; DE MADARIAGA, Isabel. Opposition: past and present of a political institution. **(No Title)**, 1968.
- KARLSSON, Christer; PERSSON, Thomas; MÅRTENSSON, Moa. Do members of parliament express more opposition in the plenary than in the committee? Comparing frontstage and backstage behaviour in five national parliaments. **Parliamentary Affairs**, p. gsac016, 2022.

KÖNIG, Thomas; LIN, Nick; SILVA, Thiago N. Government dominance and the role of opposition in parliamentary democracies. **European Journal of Political Research**, v. 62, n. 2, p. 594-611, 2023.

LIPSET, Seymour Martin et al. **Political man. The social bases of politics**. London, 1960.

MAEDA, Ko. Determinants of opposition fragmentation: Parliamentary rules and opposition strategies. **Party Politics**, v. 21, n. 5, p. 763-774, 2015.

MÚJICA, Alejandro; SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. Consensus and parliamentary opposition: The case of Spain. **Government and opposition**, v. 41, n. 1, p. 86-108, 2006.

PARRY, Geraint. Opposition questions. **Government and opposition**, v. 32, n. 4, p. 457-461, 1997.

PERES, Paulo Sérgio; BEZERRA, Gabriella Maria Lima. Oposição Parlamentar: Conceito e Funções. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 247-298, 2020.

PERES, Paulo; BEZERRA, Gabriella. PRESIDENCIALISMO, GOVERNABILIDADE E OPOSIÇÕES PARLAMENTARES: uma análise crítica da literatura comparada. **Caderno CRH**, v. 33, p. e020034, 2021.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.

Portal da Constituição Cidadã - Biografias. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/biografia-dos-parlamentares-constituintes . Acesso em: 23 jan. 2024.

RIBEIRO, Pedro Feliú; MENDES, Amanda Silva. Ideologia e Discurso: o posicionamento do Partido dos Trabalhadores na oposição e no governo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 161-194, 2019.

SARTORI, Giovanni. Opposition and control problems and prospects. **Government and Opposition**, v. 1, n. 2, p. 149-154, 1966.

TUTTNAUER, Or. **Parliamentary Oppositions in Established Democracies: A Comparative Approach**. Hebrew University of Jerusalem, 2015.

WEINBLUM, Sharon; BRACK, Nathalie. 'Political Opposition': Towards a Renewed Research Agenda. **Interdisciplinary Political Studies**, v. 1, n. 1, p. 69, 2011.